

**RELATÓRIO
E
CONTAS
2023**

BALANÇO

Associação dos Idosos e Deficientes do Penedo

BALANÇO

Contribuinte : 501867139

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Moeda : Euros

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
ACTIVO			
Activo não corrente	(5)	1.298.724,62	1.333.675,97
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		4.219,38	5.217,41
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	(9)	302.944,00	1.38.893,38
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
Activo corrente			
Inventários	(17.7)	2.717,28	1.768,81
Créditos a receber		22.290,23	15.934,38
Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)	(17.4)	0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários		429.773,08	447.199,41
Outros activos correntes		27.458,88	41.031,25
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Total do ativo		482.239,47	505.933,85
		1.785.183,47	1.844.827,23
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		18.725,38	18.725,38
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		149.850,62	149.850,62
Resultados transitados		242.700,02	237.696,26
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Resultado líquido do período		1.196,61	1.233.606,60
Total dos fundos patrimoniais		1.607.887,47	1.639.878,86
Passivo		14.069,62	5.003,76
Passivo não corrente		1.621.957,09	1.644.882,62
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
Passivo corrente		0,00	0,00
Fornecedores	(17.9)	24.911,37	19.864,35
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)		114.543,13	109.368,98
Outros passivos correntes		23.771,88	70.711,28
Total do passivo		163.226,38	199.944,61
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.785.183,47	1.844.827,23

A Direcção

O responsável

Cassio Apol

Amigues

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
POR NATUREZAS**

Associação dos Idosos e Deficientes do Penedo

Contribuinte : 501867139

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Moeda : Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2.023	2.022
Vendas e serviços prestados	(10)	636.461,79	626.130,05
Subsídios, doações e legados à exploração	(17.13)	580.757,49	598.559,70
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(9)	90.675,63	114.147,05
Fornecimentos e serviços externos	(17.14)	308.975,71	287.694,46
Gastos com o pessoal	(15)	781.320,49	793.969,53
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		44.416,47	45.392,97
Outros gastos		12.377,67	10.655,44
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		68.286,25	63.616,24
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(5)	55.285,81	58.964,87
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		13.000,44	4.651,37
Juros e rendimentos similares obtidos		1.069,18	352,39
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		14.069,62	5.003,76
Estimativa de Imposto sobre o Rendimento		0,00	0,00
Resultado líquido do período		14.069,62	5.003,76

A Direcção

O responsável

(assinatura)

(assinatura)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Associação dos Idosos e Deficientes do Penedo

Contribuinte : 501867139

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Moeda : Euros

RÚBRICAS	DATAS	
	2023	2022
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de Clientes e Utentes	653.013,45	631.741,42
Recebimentos da Segurança Social	468.195,53	586.284,90
Recebimentos da CMCascais	86.935,39	31.111,42
Outros recebimentos do Estado	1.680,36	12.608,44
Pagamentos de subsídios	0,00	0,00
Pagamentos de apoios	0,00	0,00
Pagamentos a assessores	42.596,10	32.699,22
Pagamentos a fornecedores	386.326,58	407.936,36
Pagamentos ao pessoal	519.009,96	520.692,40
Pagamento do IRS	57.538,88	55.798,26
Pagamentos à Segurança Social	194.601,29	207.333,85
Outros pagamentos ao Estado	0,00	0,00
Caixa gerada pelas operações	9.751,92	37.286,09
Pagamento/recebimento de IRC	0,00	0,00
Devedores Diversos	0,00	7.636,73
Credores Diversos	0,00	1.127,81
Outros Operacionais	-9.732,94	-8.962,66
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	18,98	37.087,97
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	20.334,46	14.130,32
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos	550,40	0,00
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	1.548,43	2.964,33
Outros ativos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	1.245,35	352,39
Dividendos	0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-18.091,08	-10.813,60
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Realização de fundos	0,00	0,00
Cobertura de prejuizos	0,00	0,00
Doações	980,00	1.316,95
Outras operações de financiamentos	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	0,00	271,35
Juros e gastos similares	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Redução de fundos	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	334,23	53,54
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	645,77	992,06
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-17.426,13	27.266,43
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	447.199,41	419.932,98
Caixa e seus equivalentes no fim do período	429.773,08	447.199,41

A Direcção

Georgette Penedo

O Responsável

Amélia Gomes

Associação dos Idosos e Deficientes do Penedo

Anexo

31 de dezembro de 2023

Índice

Nota Prévia.....	3
1 Identificação da Entidade.....	3
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3 Principais Políticas Contabilísticas.....	3
3.1 Bases de Apresentação	3
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	8
5 Ativos Fixos Tangíveis.....	8
9 Inventários	10
10 Rédito	10
12 Subsídios do Governo e apoios do Governo	11
15 Benefícios dos empregados	11
16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	11
17 Outras Informações.....	12
17.1 Investimentos Financeiros	12
17.3 Clientes e Utentes	12
17.4 Outras contas a receber.....	13
17.7 Caixa e Depósitos Bancários	13
17.8 Fundos Patrimoniais.....	13
17.9 Fornecedores	13
17.10 Estado e Outros Entes Públicos.....	14
17.11 Outras Contas a Pagar.....	14
17.13 Subsídios, doações e legados à exploração	14
17.14 Fornecimentos e serviços externos.....	15
17.15 Outros rendimentos.....	15
17.16 Outros gastos	15
17.17 Resultados Financeiros.....	16
17.18 Acontecimentos após data de Balanço	16

Nota Prévia

As notas não incluídas neste anexo não são aplicáveis ou significativas para a compreensão das demonstrações financeiras.

1 Identificação da Entidade

A “Associação dos Idosos e Deficientes do Penedo” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Pessoa coletiva de utilidade pública” com estatutos publicados no Diário da República n.º 5, de 06 de janeiro de 1990, Série II, com o nº fiscal 501 867 139, e sede no Penedo, na Rua Manuel Casanova Rodrigues, nº 74, freguesia de S.Domingos de Rana, concelho de Cascais.

Tem como atividade a prestação de serviços na área da população idosa e/ou dependente onde prossegue os seguintes objetivos:

- Promover e patrocinar iniciativas de natureza social, educativa e cultural.
- Criação e manutenção de valências como Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário e Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura

conceitual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões, ajuda a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.6 Fiabilidade

As Demonstrações Financeiras são fiáveis, pois refletem factos consolidados e comprovados, e de fácil compreensão.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	4 a 6 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	3 a 8 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	4 a 8 anos

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out).

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tomam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Rendimentos e Gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu recebimento, ou pagamento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre montantes recebidos e pagos, e as correspondentes receitas e despesas, são registadas nas rubricas de Outros Ativos ou Passivos, conforme sejam a receber ou a pagar.

Subsídios Governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que os mesmos serão recebidos e que as entidades atribuidoras cumprirão com as condições associadas à atribuição dos mesmos.

Os subsídios que compensam a entidade pela aquisição de um ativo são reconhecidos inicialmente no capital próprio. De acordo com o tempo de vida útil do ativo, os mesmos são, numa base sistemática, registados em resultados.

Os subsídios concedidos para compensar gastos incorridos são reconhecidos inicialmente como diferimento. No período em que os gastos são reconhecidos, os mesmos são reconhecidos como rendimento.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao

portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2022

Descrição	Saldo Inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	2 145 931,74					2 145 931,74
Equipamento básico	125 178,69	12 844,97				138 023,66
Equipamento de transporte	72 982,58					72 982,58
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	3 399,92	1 285,35				4 685,27
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	2 347 492,93	14 130,32	0,00	0,00	0,00	2 361 623,25
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	813 387,37	41 137,79				854 525,16
Equipamento básico	85 569,62	11 212,93				96 782,55
Equipamento de transporte	66 625,50	6 357,09				72 982,59
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	3 399,92	257,06				3 656,98
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	968 982,41	58 964,87	0,00	0,00	0,00	1 027 947,28

2023

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	2 145 931,74					2 145 931,74
Equipamento básico	138 023,66	20 334,46				158 358,12
Equipamento de transporte	72 982,58					72 982,58
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	4 685,27					4 685,27
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	2 361 623,25	20 334,46	0,00	0,00	0,00	2 381 957,71
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	854 525,16	41 137,80				895 662,96
Equipamento básico	96 782,55	14 148,01				110 930,56
Equipamento de transporte	72 982,59					72 982,59
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	3 656,98					3 656,98
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	1 027 947,28	55 285,81	0,00	0,00	0,00	1 083 233,09

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2022				2023			
	Inventário Inicial	Compras	Reclassificação e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2 051,78	113 864,08	0,00	1 768,81	91 624,10	0,00	2 717,28	
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Total	2 051,78	113 864,08	0,00	1 768,81	91 624,10	0,00	2 717,28	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				114 147,05			90 675,63	
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00	

10 Rébito

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Rébitos:

Descrição	2023	2022
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores <i>utilizadores</i>	633 982,80	624 259,68
Quotas e joias	1 817,51	1 520,00
Serviços Secundários	661,48	350,37
	0,00	0,00
Juros	1 069,18	352,39
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	637 530,97	626 482,44

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2023	2022
Subsídios do Governo		
PIDDAC	677 697,15	700 996,71
C M CASCAIS	436 944,60	450 640,19
Apoios do Governo		
Total	1 114 641,75	1 151 636,90

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2023 e 20221, foram, respetivamente “5 efetivos”.

Os órgãos diretivos não usufruem remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2022 foi de 48 funcionários e em 31/12/2023 foi de 48 funcionários.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	633 778,04	639 291,83
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	1 044,21	996,79
Encargos sobre as Remunerações	132 537,38	137 558,81
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	9 493,78	9 511,69
Gastos de Ação Social	0,00	2 097,68
Outros Gastos com o Pessoal	4 467,08	4 512,73
Total	781 320,49	793 969,53

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 41.1/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2023	2022
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	4 219,38	5 217,41
Perdas por imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	4 219,38	5 217,41

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2023 e 2022 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2023	2022
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	22 290,23	15 934,38
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Total	22 290,23	15 934,38

17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	17 232,84	22 777,74
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	10 226,04	18 253,51
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	27 458,88	41 031,25

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2023	2022
Caixa	2 290,45	1 233,72
Depósitos à ordem	271 798,38	266 610,55
Depósitos a prazo	155 684,25	179 355,14
Outros		
Total	429 773,08	447 199,41

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	18 725,38	0,00	0,00	18 725,38
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	149 850,62	0,00	0,00	149 850,62
Resultados transitados	237 696,26	5 003,76	0,00	242 700,02
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 233 606,60	0,00	-36 995,11	1 196 611,45
Total	1 639 878,86	5 003,76	-36 995,11	1 607 887,47

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c	24 911,37	19 864,35
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	24 911,37	19 864,35

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	4 608,00	4 360,50
Segurança Social	16 028,44	14 172,21
Outros Impostos e Taxas	0,00	152,61
Total	20 636,44	18 685,32

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		183,32		1 176,79
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		114 543,13		109 368,98
Outros credores		2 952,12		4 849,37
Total	0,00	117 678,57	0,00	115 398,14

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2023 e 2022, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2023	2022
Subsídios do Estado e outros entes públicos	579 777,49	598 553,75
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	980,00	5,95
Legados	0,00	0,00
Total	580 757,49	598 559,70

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	137 623,70	126 766,82
Material	52 713,94	55 342,51
Energia e fluidos	69 907,16	60 370,57
Deslocações, estadas e transportes	723,50	750,55
Serviços diversos	48 007,41	44 464,01
Total	308 975,71	287 694,46

17.15 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	44 416,47	45 392,97
Total	44 416,47	45 392,97

17.16 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Impostos	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	12 377,67	10 655,44
Total	12 377,67	10 655,44

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2023	2022
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1 069,18	352,39
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	1 069,18	352,39
Resultados Financeiros	1 069,18	352,39

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Administração, em 09 de março de 2024

Penedo, 09 de março de 2024

O Contabilista Certificado



A Direção



ASSOCIAÇÃO DOS IDOSOS E DEFICIENTES DO PENEDO

ASSEMBLEIA GERAL DE 23 DE MARÇO DE 2024

CONTA DE GERÊNCIA DE 2023

PARECER DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

No cumprimento de disposto no Artigo 44º, alínea c) dos Estatutos desta Instituição, compete ao Conselho Fiscal “dar parecer sobre o Relatório, Balanço e Contas referente ao ano civil anterior”. Assim, no cumprimento do referido disposto, submete-se à apreciação dos presentes nesta Assembleia o seu parecer sobre as Contas de Gerência de 2023.

Analizados os elementos constantes do relatório e contas, referente ao exercício de 2023,

Destacamos o seguinte:

1. O ano de 2023, foi um ano difícil no geral devido a situação de conflito na Europa que se prolonga e mais recentemente no Médio Oriente, tem acarretado significativas dificuldades económicas com impacto na atividade da Instituição nomeadamente nas suas valências.
2. Analizados os documentos de prestação de contas – Demonstração de Resultados, Balanço e Anexos – os mesmos respeitam os procedimentos contabilísticos legais e refletem um resultado positivo, consequência de uma rigorosa gestão por parte da Administração.

Assim, propomos aos Senhores Associados:

1. A aprovação da Conta de Gerência de 2023
2. Um voto de reconhecimento e incentivo ao Órgão de Administração e a todos os colaboradores da Associação, pelo empenhamento no trabalho que desenvolvem.

O ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

José Manuel Aguiar Ferreira:

Sara Guerreiro:

